

SITUAÇÕES DIALÓGICAS ASSIMÉTRICAS:
IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO

Stella Maris Bortoni (UnB)

O processo de crescente pluralidade étnico-cultural nos grandes aglomerados urbanos tem levado cientistas sociais - em especial sociolinguístas interacionais - a se voltarem para o estudo das situações de interação assimétrica, isto é, eventos de comunicação em que a distribuição do poder e do controle não é equitativa, como consequência da própria divisão do trabalho na sociedade. Tem merecido maior atenção interações diádicas ou grupais, transacionais (opostas a pessoais, Gurperz, 1964) e focalizadas (Goffman, 1963), ou seja, que têm um propósito explícito e definido, nas quais uma das partes é titular do poder inerente ao próprio aparato burocrático institucional - público ou privado - e a outra, na qualidade de usuário/a dos serviços prestados pela instituição, depende muito de sua habilidade e competência comunicativa para garantir o respeito aos seus direitos. Como exemplos de interações assimétricas, podemos referir o atendimento nos guichês das repartições públicas, a consulta médica e odontológica no serviço público de saúde, as juntas de conciliação trabalhistas, o depoimento nas delegacias de polícia, entre outros. Nessas situações a relação será tanto mais assimétrica quanto mais diferenciados forem os "backgrounds" socioculturais dos interagentes.

Numa análise superficial, pode parecer que as rotinas comunicativas processam-se sem maiores dificuldades, a não ser em comunidades multilíngües e multiétnicas, quando os participantes não têm um código lingüístico comum. As dificuldades potenciais nas interações assimétricas não são, todavia, apanágio de tais comunidades. Em sociedade onde predomina um código lingüístico, como é o caso do português no Brasil, estão igualmente presentes certas condições que tornam problemáticos os eventos assimétricos. Dentre estas, ressaltam-se a desigual distribuição do capital simbólico e cultural, que se materializa nos recursos comunicativos, e a ideologia meritocrática, que recompensa os indivíduos que têm um bom desempenho, avaliado segundo parâmetros legitimados pela cultura dominante.

Nesta palestra, centraremos nossa atenção nos problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua nacional. A ênfase não estará na assimetria decorrente do exercício de papéis sociais diferenciados, no interior de um

mesmo grupo social, mas nas diferenças de comportamento linguístico-cultural correlacionadas à estratificação sócio-econômica e origem rural versus urbana dos falantes. A rigor, esta categoria rural/urbano, aparentemente diatópica, está intimamente associada à variável sócio-econômica, uma vez que o segmento populacional mais numeroso e mais pobre na América Latina, inclusive no Brasil, é constituído pelo campesinato e pelos migrantes egressos do campo que, na sua grande maioria, permaneceram marginalizados do sistema de produção e da língua e cultura urbanas hegemônicas.

Examinaremos a questão da perspectiva da sociolinguística interacional, mas anima-nos a confiança de que a análise que desenvolvermos é também pertinente à área de atuação da linguística aplicada, entendendo esta última, conforme sugere Candlin (1976: 257) - cuja ausência aqui hoje lamentamos - como um canal de mão-dupla entre descrições formais da língua e práticas pedagógicas. De acordo com sua interpretação, o currículo escolar e o material didático não apenas incorporam informações oriundas das descrições linguísticas teóricas, mas também servem para modificá-las, pois, ao organizar a apresentação dos dados linguísticos, o linguista aplicado estará inevitavelmente preocupado com a natureza dos próprios dados descritos.

A sociolinguística interacional, iniciada por John Gumperz e associados, distingue-se da sociolinguística variacionista ou correlacional: enquanto o objeto da primeira circunscreve-se, basicamente, à descrição quantitativa da variação linguística, inter e intra-individual, na segunda, o método heurístico é interpretativo e seu objeto, o estudo do papel que as estratégias comunicativas desempenham no processo de produção e reprodução da identidade social na interação humana. Como observam Gumperz e Cook-Gumperz (1982), tal modelo visa a analisar a conversação contextualmente situada, associando construtos sociais, sócio-cognitivos e linguísticos e concentrando-se em estratégias discursivas. Ao examinar as práticas comunicativas dos membros de uma coletividade, merecem atenção especial os processos de interpretação dos significados referenciais e sócio-pragmáticos.

O corpus para análise é constituído de seqüências autênticas de interação verbal e não-verbal, nas quais falantes de background social e étnico diferente empregam variantes linguísticas e estratégias retóricas distintas. A etapa inicial da metodologia consiste na recolha etnográfica de eventos comunicativos, dando-se preferência aos encontros assimétricos. Na fase analítica dos dados, a variação assume fundamental importância, pois é por meio da seleção de uma variante em detrimento de outra que o falante elabora suas estratégias comunicativas. A variação não é, contudo, per se o foco da análise. O interesse volta-se para o significado sócio-simbólico implícito na escolha das variantes. As convenções comunicativas que são organizadas com os recursos decorrentes da variação inerente ao sistema adquirem importância porque são considerados símbolos de identidade, enquanto a própria atividade de linguagem é vista como constitutiva da realidade social.

A sociolinguística interacional utiliza-se do aparato teórico-metodológico das três principais tradições da análise do discurso: a etnografia da comunicação, a semiótica cognitiva associada à pragmática dos atos de fala e a análise da

conversação. Conciliando estes modelos, propõe-se a desenvolver uma teoria abrangente da inferência conversacional, mecanismo que permite aos interagentes aferir as intenções mútuas e elaborar respostas adequadas. Interessa a tal teoria o efeito que a comunicação tem na vida das pessoas, especialmente quando essas pessoas estão em situação de desvantagem na organização social.

Do ponto de vista da linguística aplicada, imaginada como um canal de mão-dupla, a noção a enfatizar é a de flexibilidade comunicativa, definida por Gumperz como a habilidade do falante de adaptar as estratégias ao interlocutor e aos sinais ou pistas contextuais diretos ou indiretos. O falante depende dessa habilidade para entender e controlar as intenções de seu interlocutor, bem como negociar os significados, muitos dos quais são implícitos, já que decorrem do conhecimento tácito de convenções culturais. Nas interações entre estranhos, principalmente quando estes procedem de subgrupos culturais distintos, torna-se necessário explicitar, por meio de sinais adequados, verbais ou não-verbais, parte desses significados implícitos.

Alguns exemplos poderão, certamente, ajudar-nos a entender o conceito de flexibilidade comunicativa. Vou ler alguns trechos de entrevistas realizadas com migrantes rurais durante o projeto "Urbanização de dialetos rurais" desenvolvido, no início da década, na Universidade de Brasília (Bortoni-Ricardo, 1985)¹.

(1) 1. Entrevistador (E) : D. Maria, nos próximos dez anos, o que a senhora pretende fazer?

2. MT : Dez ano agora ou ...
3. E : É, nos próximos dez anos.
4. MT : Pra traís?
5. E : Não, daqui pra frente.

O entrevistador não identificou o disjuntivo "ou", pronunciado com entoação não terminal, como um recurso retórico usado para pedir clarificação porque não se deu conta de que a palavra "próximos" era um item problemático. Sorrente quando a entrevistada mudou a estratégia (no lance nº 4), obteve a clarificação desejada.

(2) 1. E : E pra ter sucesso na vida, o que o senhor acha que a pessoa precisa?

2. BS : Eu acho que tem que ter sorte também, né, porque artista já nasce com aquele dom. A pessoa que não nasceu pra cantã, ele tenta cantã e não consegue nunca, né? E assim é otas arte também.

(3) 1. AV : ... aí meu pai sofreu constipação, que justamente aquela que ele tomou o remédio com tudo quanto é curado, sabe ... o médico examinô, falou, ó, se demora mais três dia a inchação já tava atacando o coração, aí ele ia pifã, ia torrê, né, aí fez operação, fez... tirô podriguera que num foi roto.

2. E : Mas era intestino? Era o quê?
3. AV : Não, constipação, sabe?
4. E : ? ? ?

5. AV : Não constipação me parece que foi na perna, sabe... foi na perna, que ele entrevô a perna us braço, sabe?
6. E : Aí feiz operação?
7. AV : Feiz operação, feiz massagi, né até que...
8. E : Ele tirô?
9. AV : Tirô. E nen é bom nen falá, mais tirô cinco litro de pus num dia.
10. E : Ele estava era com inflaração resto!
11. AV : É, infecção. Então é o seguinte, ele vei du hospital cum uns quarenta dia que ele tava internado. Mas inda voltô alejado.

Nos exemplos (2) e (3) o problema residiu no significado referencial das palavras "sucesso" e "constipação", respectivamente, que é diferente nas variedades faladas pelo entrevistador e informantes. Em (2) não houve negociação do significado; já em (3), ocorreu uma longa negociação marcada pela cooperação de ambas as partes.

O conceito de flexibilidade comunicativa guarda, naturalmente, muita afinidade com o de competência comunicativa, introduzido por Dell Hymes (1966) há exatamente vinte anos, que pode ser considerado como um verdadeiro divisor de águas na história recente da lingüística aplicada. Para Hymes, a dicotomia chomskiana competência e desempenho não é satisfatória, uma vez que uma ampla teoria da competência deve ter por objetivo demonstrar como é produzido e interpretado o comportamento cultural, usando, para tal, regras gramaticais que geram o que é sistematicamente possível, a descrição dos recursos e meios que limitam o que é viável e as normas que estabelecem o que é adequado. Grande parte dos estudos lingüísticos tem-se ocupado de dois componentes da definição de competência comunicativa: a lingüística formal continua a lidar com o que é "possível", enquanto a socio-lingüística e a etnografia da fala voltam-se, principalmente, para o que é "adequado". Neste momento, gostaria de deter-me um pouco mais no componente "viável" do conceito. Alguns estudiosos o consideram equivalente à noção chomskiana de desempenho, o que o reduz a questões de limitação de memória, extensão da sentença e outras afins. Mas o componente de "viabilidade" na competência comunicativa transcende essas questões.

Consideremos que existe uma relação indissociável, dialética, entre a forma lingüística e os contextos de uso, já que uma relação social seleciona e até cria os meios comunicativos que lhe são apropriados ou específicos. (Exemplo ilustrativos dessa seleção são as características discursivas de uma narrativa de uma partida de futebol ou de um sermão religioso). Consideremos, ainda, a afirmação de Hymes (1974:76) de que "há uma diferença fundamental entre o que não é dito porque há ocasião para dizê-lo e o que não é dito porque o falante não dispõe dos meios para dizê-lo", e entenderemos que um enunciado ou um texto (oral ou escrito) são viáveis quando o falante dispõe de recursos formais, apropriados e específicos, para realizá-los. Continuando o raciocínio, vamos concluir que o falante exibirá maior competência comunicativa quando participa de eventos de fala que lhe são familiares e portanto,

viáveis.²

Em situações novas, em que o falante tem pouca ou nenhuma familiaridade com os interlocutores, o tópico ou as normas que regem a interação, a "viabilidade" de uma comunicação eficiente reduz-se, ou seja, poderão faltar aos interagentes os meios e recursos que viabilizam um comportamento lingüístico-cultural específico e apropriado. Nesta perspectiva, falante fluente é aquele que domina os padrões das diferentes atividades de fala no interior de sua comunidade. As atividades de fala, naturalmente, variam de uma comunidade para outra e, em consequência, também varia a conduta comunicativa dos falantes considerados fluentes. Hyman (1974) denominou a relação existente entre contextos de uso e padrões de comunicação de "modos de falar". Segundo o autor, os modos de falar devem ser entendidos como a relação entre eventos de fala, atos e estilo, por um lado, e habilidades pessoais e papéis, contextos e instituições, crenças, valores e atitudes, de outro.

A descrição dos modos de falar prevalentes numa comunidade pressupõe sempre uma metodologia etnográfica, que contempla a distinção entre campo de língua, campo de fala e as redes de comunicação dos falantes. Em comunidades multilíngües, o campo de língua do indivíduo é o conhecimento que ele possui das regras formais das línguas e dos padrões de comunicação a elas associados; o campo de fala é o conjunto das comunidades em que o falante pode comunicar-se efetivamente. Unindo os dois, temos a rede de comunicação, que é a cadeia ou sistema articulado de pessoas que partilham conhecimento das formas da(s) língua(s) e das regras de comunicação.

Em comunidades unilíngües podemos conceituar o campo da língua do falante como seu conhecimento das regras formais da variedade (ou variedades) de língua e dos padrões de comunicação a elas associados. Seu campo de fala, por outro lado, é o conjunto dos modos de falar - contextos sociais e institucionais, eventos, estilos, etc. - em que ele/a pode atuar com eficiência, desempenhando os papéis sociais que lhe couberem. Sua rede, como no caso anterior, é o conjunto articulado de pessoas com quem o indivíduo interage.

Este último conceito pode ser especialmente útil na análise da flexibilidade comunicativa nos encontros assimétricos.

Em nosso estudo com os migrantes rurais radicados na cidade satélite Brazlândia no Distrito Federal (Bortoni-Ricardo, 1985), demonstramos como, no processo de adaptação ao modus vivendi urbano, o migrante tende a passar de uma rede insulada para uma rede integrada. A primeira restringe-se aos vínculos familiares e de vizinhança e é territorialmente confinada. Seus membros convivem com um número limitado de pessoas e é baixa a densidade de relações de papéis, pois a comunicação processa-se num número reduzido de contextos sociais. Este estado de coisas favorece o desenvolvimento de consenso moral e de resistência a pressões modificadoras exógenas.

A rede integrada, por outro lado, não se circunscreve a um território confinado. Os vínculos inter-pessoais são recrutados e implementados em contextos sociais mais variados e, portanto, o sistema de relações de papéis é mais heterogêneo e complexo.

Quando (ou se) o migrante, num processo gradual, passa de uma rede isolada constituída de vínculos familiares ou vicinais, muitos deles pré-migratórios, para uma rede mais ampla, formada por novos conhecidos, colegas de trabalho e amigos, ele tenderá a torná-los como modelo para seu comportamento. Nesse processo, o falante vai ser solicitado a desempenhar novos papéis sociais em situações que para ele também são novas. A complexidade em suas relações de papéis implicará naturalmente maior flexibilidade em seu repertório. Como observa Gumperz (1976:13) sempre que a interação se processa entre falantes de diferentes backgrounds, as situações são marcadas pela diversidade de normas e atitudes, o que acarreta diversidade de convenções comunicativas. "Para serem eficientes nessas situações, os falantes têm de estar conscientes das diferenças no processo de interpretações. Eles não podem esperar que as convenções comunicativas implícitas (verbais e não-verbais), características de seu grupo primário, sejam entendidas pelos outros e, portanto, têm de ser flexíveis em seu comportamento".

Estas considerações nos levam de volta à questão da flexibilidade comunicativa nas situações dialógicas assimétricas. E convém enfatizar, já que não o fizemos antes, que os falantes que não nasceram e foram socializados na cultura urbana, institucionalizada e hegemônica, para participar efetivamente do sistema de produção, ou até para sobreviver na complexa e burocratizada sociedade urbana, têm necessariamente de participar de eventos de comunicação no interior dessa cultura.

O desenvolvimento da flexibilidade comunicativa é parte integrante do processo de aprendizagem por que passa todo indivíduo.

Parte dessa aprendizagem é feita na família e sociedade, à medida que o indivíduo vai-se socializando; mas a escola não pode eximir-se de participar do processo e deve incorporar o desenvolvimento das habilidades comunicativas à sua tarefa de transmissão sistemática da cultura.

Cabe lembrar aqui a definição de cultura proposta por Goodenough (1964:13). Segundo este antropólogo, a cultura de uma sociedade consiste de tudo aquilo que o indivíduo tem de aprender e tudo em que tem de acreditar para operar de maneira aceitável pelos membros da sociedade, em quaisquer papéis que aceitar desempenhar ou lhe forem atribuídos. Sendo distinta da herança biológica, a cultura deve consistir no produto final da aprendizagem: conhecimento no sentido geral do termo.

Vejaros, pois, como o estudo sistemático dos eventos sociais assimétricos pode contribuir para tornar o ensino da língua materna mais completo e eficiente e, por outro lado, como a escola poderá desenvolver sistematicamente as habilidades comunicativas.

Antes de discutir algumas propostas para a incorporação desse componente sócio-pragmático às atividades pedagógicas, quero deixar consignado o caráter exploratório das minhas considerações. Muito ainda tem de ser pesquisado nesta área e muitas experiências têm de ser feitas na sala de aula para que programas mais definitivos possam ser empreendidos.

Entretando, se por um lado, o pouco conhecimento que se tem nesta área é uma desvantagem, por outro, pode ser uma vantagem porque a aplicação didático-pedagógica poderá ser praticamente simultânea às pesquisas teóricas. Ao contrário do que ocorre nas outras áreas da linguística, e outras ciências humanas, que contam com conhecimento formal acumulado em muitas décadas, na proposta que fazemos, a linguística aplicada seria efetivamente um canal de mão-dupla, alimentando-se de dados teóricos da pesquisa sociolinguística e realimentando-a com a experiência obtida na prática pedagógica.

Isto posto, passo às propostas, propriamente ditas, em número de três.

Em primeiro lugar, é indispensável que se faça uma análise etnográfica dos modos de falar prevalentes nas diversas sub-culturas, identificando-se os padrões específicos das atividades de fala e associando-as aos contextos e instituições. Do ponto de vista da linguística aplicada, esta atividade é essencial para que se possa traçar o perfil sociolinguístico do educando: conhecer suas habilidades e diagnosticar as dificuldades comunicativas potenciais que poderá enfrentar.

Por outro lado, a análise etnográfica propicia a relativização da importância do conhecimento e dos padrões culturais que foram legitimados no processo de formação da norma culta, transformada num quadro-de-referência.

Em segundo lugar, ainda que o objeto de estudo não seja passível de uma descrição formal rígida, conforme a mais legítima tradição da ciência linguística, acreditamos que se possam desenvolver análises rigorosas e explícitas das estratégias de comunicação características dos diversos eventos. No projeto que estamos iniciando na Universidade de Brasília- "Competência Comunicativa nas interações do indivíduo com a burocracia", postulamos algumas categorias analíticas que serão objeto de estudo em diversos subprojetos. Entre elas, podemos citar as seguintes:

1. Características estruturais e comunicativas do evento.
 - a - O exercício e a negociação do poder
 - b - Papéis sociais
2. O processo interpretativo
 - a - Pressuposições contextuais
 - b - Informação básica ("background information")
 - c - Interferência: mecanismos de interação usados para negociar interpretação
 - d - Avaliação: como os participantes se dirigem reflexivamente à atividade que está sendo constituída
3. Uso da língua: exame de práticas verbais
 - a - Organização do raciocínio lógico
 - b - Recursos de metalinguagem
 - c - Tarefas comunicativas: narração, explicação, justificação, enfatização, argumentação, etc.
 - d - Entoação, ritmo, intensidade, (supra-segmentais)

4. Regras dialógicas

- a - A tomada da fala: início e fim, transição
- b - Recursos fáticos: atenuação ("mitigation")
- c - Regras de polidez
- d - Conflito

5. Postura, expressão facial, gesticulação.

A terceira proposta, que considero mais relevante, refere-se à operacionalização de práticas pedagógicas que visem ao desenvolvimento da flexibilidade comunicativa. O objetivo aqui é principalmente sensibilizar o educando, fazendo-o/a refletir sobre atividades de linguagem que, por sua própria natureza, não são reflexivas. Trata-se mesmo de transferir para a sala de aula parte do trabalho de campo, transformando professores e alunos em verdadeiros analistas de conversação. Estamos sugerindo que se adotem como prática pedagógica procedimentos interpretativos e de elicitación de juízos reflexivos. O aluno será confrontado com episódios de interação, preferencialmente autênticos e etnográficos, e deverá interpretá-los, identificando as estratégias de negociação dos significados, a negociação do controle e do poder, avaliando os intercâmbios bem sucedidos e eventuais falhas comunicativas decorrentes da falha de flexibilidade. Diante destas, poderá sugerir estratégias alternativas ou complementares. O essencial é que prevaleça uma postura interpretativa, jamais prescritiva.

Estas propostas pressupõem, naturalmente, uma escola comprometida com uma filosofia de educação democrática e igualitária. Muitos autores que, assim como nós, defendem a implantação de uma política de ensino que promova uma educação democrática e igualitária, têm centrado suas críticas no fato de ser a língua/cultura padrão imposta, em nossas escolas, aos educandos proveniente das classes pobres. Entendemos que mais aproveita aos nossos propósitos demonstrar como a língua/cultura vem sendo subtraída a essas classes. Nossa proposta é consentânea com uma visão da escola que não impeça a apropriação do saber; antes, que permita que todos os cidadãos partilhem do saber consagrado, apropriando-se dele e o transformando.

Gostaria, para concluir, de referir um dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos Individuais, mais propriamente dos diretos e obrigações lingüístico-pedagógicos de professores e educandos, proposta pelo nosso colega Francisco Gomes de Matos e já referendada por várias organizações internacionais³.

A garantia ao livre exercício do direito expressivo-comunicativo, bem como dos privilégios e responsabilidades nas experiências de uso da língua durante toda a vida do indivíduo.

NOTAS

1. Estes episódios já foram descritos e discutidos em Bortoni-Ricardo (1984).
2. Um episódio de um filme americano recentemente exibido na televisão ilustra bem este fato. Ao assumir a direção de um presídio, o diretor- de orientação progressista-resolve constituir um conselho administrativo com presidiários. Reunidos os escolhidos em torno de uma mesa, o diretor lhes pede que procedam a uma discussão sobre condições de vida na penitenciária e abandona o recinto. Segue-se um silêncio estupefato entre os membros do conselho, que simplesmente não tinham a menor idéia sobre o que falar e como fazê-lo. O impasse só se resolve quando, retornando o diretor, este sugere que emitam suas opiniões sobre a comida. A partir daí, começam as intervenções, de início tímidas, depois acaloradas.
3. A Declaração apresentada por Gomes de Matos no 7º Congresso Mundial de Linguística Aplicada, realizado na Universidade Livre de Bruxelas, de 5 a 10 de agosto de 1984.

BIBLIOGRAFIA

- BORTONI-Ricardo, S. "Problemas de comunicação interdialetoal" Revista Tempo Brasileiro. 78/79, 1984, p. 9-32.
- _____. Urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CANDLIN, Christopher. "Communicative language teaching and the debt to pragmatics". In Rameh, C. (ed.) Semantics: Theory and Application. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics. 1976, p. 237-56.
- GOFFMAN, Erving. Behavior in public places. New York: Free Press. 1963.
- GOMES DE MATOS, Francisco. 1984. "A plea for a language rights declaration". UNESCO ALSÉD-FIPLV Newsletter, April 1984. Paris: Division of Structures, Methods, Contents and techniques of Education, UNESCO.
- GOODENOUGH, Ward. Cultural anthropology and linguistics. In: Hymes, (ed) Language in Culture and Society. New York, Harper & Row. 1964. p. 36-39.
- GUMPERZ, John & Cook Gumperz, Jenny. "Introduction: language and the communication of social identity". In: Gumperz, J.J. (ed) Language and social identity. Cambridge University Press. 1982. p. 1-21.

GUMPERZ, John J. "Linguistic and social interaction in two communities". In Blount, B.G. (ed.) Language, culture and society. Cambridge, Mass., Winthrop Publishers, 1964, p. 250-266.

_____. "The sociolinguistic significance of conversational code-switching". Working Paper 46. Language Behavior Research Laboratory, Berkeley, 1976.

HYMES, Dell. (1966) "On communicative competence". In: Pugh, A.K.; Lee, V.J.; Swann, J. (eds). Language and language use. London, Heinemann. 1980. p. 89-104.

_____. Foundations in Sociolinguistics. Philadelphia, University of Pennsylvania Press. 1974.